



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 40/2023, em que é recorrente **Marcelino Luz Nunes** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 18/2024

I. Relatório

1. O Senhor **Marcelino Luz Nunes**, melhor identificado nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 40/2023, não se conformando com o Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho e o Acórdão n.º 210/2023, de 30 de outubro, ambos prolatados pelo Supremo Tribunal de Justiça, interpôs recurso de amparo, pedindo ao Tribunal Constitucional que lhe assegure a tutela de direitos, liberdades e garantias alegadamente violados pelos arestos suprarreferidos.

2. Considerando que o recurso foi admitido apenas relativamente à conduta consubstanciada no facto de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, através do Despacho proferido pelo Venerando Juiz Conselheiro Relator, de 20 de outubro de 2023, ter emitido mandado de detenção e condução do arguido ao estabelecimento prisional, sem que alegadamente tenha havido trânsito em julgado do acórdão que confirmara a sua condenação, o presente relatório circunscreve-se aos factos que se encontram diretamente associados à única conduta admitida a trâmite.

Assim sendo:

2.1. Tendo sido condenado pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe na pena de 2 anos e 4 meses de prisão efetiva por ter sido considerado autor de crimes de violência baseada no género, mas não se conformando com a decisão, interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento;

2. 2. O Tribunal da Relação de Sotavento deu provimento parcial ao recurso e consequentemente, através do Acórdão n.º 53/2022, de 17 de março, alterou a pena que lhe tinha sido fixada em 2 anos e 4 meses para 2 anos de prisão efetiva;

2.3. Não se mostrando conformado com o Acórdão n.º 53/2022, de 17 de março, recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual, por meio do Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho, negou provimento ao recurso e confirmou a sua condenação em 2 anos de prisão efetiva;

2.4. O Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho foi notificado ao recorrente, em 05 de outubro de 2023;

2.5. No dia 20 de outubro de 2023, o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, através do Despacho proferido pelo Venerando Juiz Conselheiro Relator, emitiu mandado de detenção e condução do arguido ao estabelecimento prisional;

2.6. A 20 de outubro de 2023, foi detido e conduzido à Cadeia Regional de São Filipe - Fogo onde iniciou o cumprimento da pena de prisão;

2.7. Por entender que o prazo para a interposição do recurso de amparo constitucional terminava no dia 03 de novembro de 2023, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 109/IV794, e, por conseguinte, o Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho não tinha transitado em julgado, a sua detenção e condução à cadeia antes do trânsito em julgado da decisão que o havia condenado constitui violação da garantia à presunção de inocência e do direito à liberdade sobre o corpo;

2.8. Com base nesse entendimento, dirigiu um pedido de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal de Justiça, o qual foi indeferido, com fundamento de que o Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho já tinha transitado em julgado e que o seu estatuto era de preso em efetivo cumprimento da pena;

2.9. Inconformado com a decisão vertida para o Acórdão n.º 210/2023, de 30 de outubro, interpôs o presente recurso de amparo, que foi admitido apenas relativamente à conduta consubstanciada no facto de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, através do Despacho proferido pelo Venerando Juiz Conselheiro Relator, de 20 de outubro de 2023, ter emitido

mandado de detenção e condução do arguido ao estabelecimento prisional, sem que alegadamente tenha havido trânsito em julgado do acórdão que confirmou a condenação do recorrente, por violação do direito à liberdade sobre o corpo e da garantia à presunção da inocência.

3. Tendo sido notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, querendo, o Supremo Tribunal de Justiça optou pelo silêncio.

4. O processo seguiu com vista ao Ministério Público e este, através do douto parecer de Sua Excelência Senhor o Procurador-Geral da República, teceu relevantes considerações, nomeadamente no que se refere aos efeitos da interposição do recurso de amparo sobre o trânsito em julgado das decisões judiciais em matérias de direitos, liberdades e garantias e formulou as seguintes conclusões:

Assim sendo, o recurso interposto pelo recorrente, não interrompe o trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal de Justiça.

De todo o exposto somos do parecer que:

- a) *O recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade;*
- b) *Nada há a promover sobre a medida provisória;*
- c) *Não há nada a apontar na decisão do STJ que consubstancie uma violação do direito à liberdade do recorrente.*

Vossas Excelências, porém, decidem, em vosso alto e legal critério, conforme de direito.”

5. No dia 21 de fevereiro de 2024, o projeto de acórdão foi depositado na Secretaria e solicitou-se que fosse agendado o seu julgamento nos termos do artigo 22.º da Lei do Amparo.

6. No dia 27 de fevereiro de 2024 realizou-se o julgamento deste recurso de amparo, tendo sido adotada a decisão com a fundamentação que se segue.

II - Fundamentação

7. Tem sido prática nesta Corte, ao decidir o mérito do recurso de amparo, primeiro verificar que condutas os recorrentes imputam à entidade recorrida, ao que se segue o teste para verificar se a (s) conduta(s) atribuídas ao órgão *a quo* foram efetivamente adotadas por este, atestar se houve ou não violação de direitos, liberdades ou garantias de que os impugnantes se arrogam a titularidade e, eventualmente, remeter a Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República o processo, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo.

8. No caso em apreço, a única conduta admitida a trâmite consubstancia-se no facto de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, através do Despacho proferido pelo Venerando Juiz Conselheiro Relator, de 20 de outubro de 2023, ter emitido mandado de detenção e condução do arguido ao estabelecimento prisional, sem que alegadamente tenha havido trânsito em julgado do acórdão que confirmara a sua condenação em dois anos de prisão efetiva, por ter sido considerado autor de crimes de violência baseada no género.

A conduta que o recorrente imputa ao órgão judicial recorrido foi admitida a trâmite para ser apreciada no mérito segundo os parâmetros que se reconduzem ao direito à liberdade sobre o corpo e à garantia da presunção de inocência. Esses parâmetros já se encontram abundantemente densificados pelo Tribunal Constitucional.

9. Com efeito e no que se refere ao direito à liberdade sobre o corpo, em especial quando se emite mandado de detenção e condução para o cumprimento da pena de prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, nomeadamente por não se ter proporcionado ao jurisdicionado a faculdade de interpor recursos constitucionais, veja-se o Acórdão n.º 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório.

10. Em relação à garantia da presunção de inocência, esta Corte Constitucional já possui uma vasta jurisprudência, nomeadamente: o Acórdão n.º 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos à não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I

Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; Acórdão n.º 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277- 1285, 4; Acórdão n.º 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; Acórdão n.º 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.3; Acórdão n.º 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3; Acórdão n.º 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo, Rel. JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71, 4.3.1, Acórdão n.º 1/2023, de 17 de janeiro, Ivan dos Santos v. TRB, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção da inocência do arguido, Rel. JCP Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, 680-683; Acórdão n.º 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno v. STJ, Rel. JC Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 13; Acórdão n.º 105/2023, de 26 de junho, Matthew Balme v. STJ, Admissão a trâmite de conduta de confirmação judicial da extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, 59 I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1458-1469, 9.1.9), se houve efetivamente uma apreciação arbitrária da prova pelo Egrégio STJ.

11. Depois da indicação da conduta impugnada e dos parâmetros admitidos, é, pois, chegado o momento de verificar se a responsabilidade pela manutenção da prisão do

recorrente pode ser efetivamente atribuída à entidade recorrida, tendo em conta não só o concreto contexto processual, mas também a natureza do procedimento em que a decisão foi proferida.

O recurso de amparo que se está a apreciar teve origem no indeferimento de um *habeas corpus*, providência extraordinária e célere destinada a garantir a restituição de liberdade sobre o corpo em situações de manifesta ou flagrante violação desse direito fundamental. Em se tratando de decisão proferida no âmbito do *habeas corpus*, a jurisprudência desta Corte, nomeadamente o Acórdão n.º 55/2021, de 06 de dezembro de 2021, decidido por maioria de votos, publicado na I Série do Boletim Oficial, n.º 5, de 17 de janeiro de 2022, tem emitido orientação no sentido de só se poder atribuir ao órgão judicial recorrido a violação de direitos, liberdades e garantias se, não obstante a exiguidade do prazo de cinco dias de que dispõe para decidir, ainda assim era possível proferir uma decisão diferente e mais consentânea com as normas relativas aos direitos fundamentais.

A questão de saber se a interposição de recurso de amparo impede o trânsito em julgado de uma decisão proferida por um tribunal comum em matéria de direitos, liberdades e garantias não é nova e, por conseguinte, deixou de ser considerada matéria complexa.

Pois, o Supremo Tribunal de Justiça tem uma jurisprudência consolidada sobre o assunto.

Portanto, a decisão de indeferir a providência de *habeas corpus* com base na fundamentação de que o Acórdão n.º 147/2023 não tinha transitado em julgado só pode ser atribuída ao Supremo Tribunal de Justiça, como, de resto, já o tinha afirmado esta Corte, ainda que implicitamente, quando admitiu a trâmite a conduta em apreço.

Todavia, dizer que a conduta imputada pelo recorrente ao órgão judicial recorrido foi empreendida por este, não significa necessariamente que a decisão impugnada tenha efetivamente violado o direito à liberdade sobre o corpo nem a garantia fundamental da presunção da inocência de que o impetrante se arroga a titularidade. Daí que o passo seguinte seja verificar se ocorreu ou não o trânsito em julgado da decisão com base na qual se mandou emitir o mandado de detenção e a subsequente condução do recorrente ao estabelecimento prisional para o cumprimento da pena.

12. Compulsados os autos, verifica-se que:

- A 05 de outubro de 2023, o ora recorrente foi notificado do Acórdão n.º 147/2023, de 29 de junho, proferido pelo Venerado Supremo Tribunal de Justiça, que negou provimento ao recurso e confirmou a sua condenação na pena efetiva de dois anos de prisão;
- No dia 20 de outubro de 2023, o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, através do Despacho proferido pelo Venerando Juiz Conselheiro Relator, emitiu mandado de detenção e condução do arguido ao estabelecimento prisional;
- No dia 20 de outubro de 2023, o ora recorrente foi detido e conduzido à Cadeia Regional de São Filipe-Fogo onde iniciou o cumprimento da pena de prisão;
- A 23 de outubro, o arguido introduziu um pedido de *habeas corpus* junto do Supremo Tribunal de Justiça, o qual foi indeferido, através do Acórdão n.º 210/203, de 30 de outubro, essencialmente pelo facto de se ter considerado que se encontrava em situação de efetivo cumprimento de pena;
- Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 109/IV794, o prazo para a interposição do recurso de amparo constitucional é de vinte dias, o qual terminava, segundo o recorrente, no dia 03 de novembro de 2023.

Com base na exposição dos factos dados como assentes, conclui-se que, a 20 de outubro de 2023, data em que se emitiu o mandado de detenção e a condução do arguido à Cadeia Regional de São Filipe-Fogo onde iniciou o cumprimento da pena de prisão, ainda não tinha expirado o prazo de vinte dias para a interposição de um eventual recurso de amparo.

Importa agora verificar se o facto de a decisão de mandar deter o recorrente para o cumprimento da pena no momento em que decorria o prazo para a interposição do recurso de amparo constitucional, que do ponto de vista do impetrante suspende o trânsito em julgado do Acórdão n.º 147/2023, constitui violação do direito à liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção da inocência.

13. Questões associadas aos efeitos da interposição do recurso de amparo sobre as decisões em matérias de direitos, liberdades e garantias proferidas no âmbito da jurisdição comum têm sido recorrentemente colocadas e o Tribunal Constitucional já dispõe de uma jurisprudência firme sobre esta matéria.

13.1. Para o Supremo Tribunal de Justiça, as decisões sobre os direitos, liberdades e garantias proferidas no âmbito da jurisdição comum transitam em julgado independentemente de as mesmas terem sido objeto de recurso de amparo dirigido ao Tribunal Constitucional, nomeadamente, porque o recurso de amparo, em caso algum, tem efeito suspensivo sobre as suas decisões.

13.2. O Ministério Público, em sucessivos pareceres, tem vindo a divergir do posicionamento maioritário desta Corte sobre os efeitos da interposição do recurso de amparo em relação ao trânsito em julgado das decisões dos tribunais ordinários sobre os direitos, liberdades e garantias. Desta vez, entendeu por bem fazer as seguintes considerações:

“Ora resumidamente, entende o recorrente que a decisão do acórdão n.º 147/2023 proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça, não transitou em julgado, uma vez que ele foi notificado da mesma a 05 de outubro de 2023, e no dia 03 de novembro de 2023, interpôs um recurso de amparo, o que a seu ver obstem o trânsito em julgado daquela decisão, pelo que a sua detenção realizada no dia 20 de outubro de 2023, violou o seu direito à liberdade sobre o corpo e da garantia à presunção da inocência.

O Tribunal recorrido ancora-se no conceito de trânsito em julgado oferecido pelo artigo 586.º do Código de Processo Civil, por via do artigo 26.º do Código de Processo Penal, para fundamentar a existência de trânsito em julgado total do Acórdão n.º 147/17, na medida em que no entender do mesmo, já não admitia recurso ordinário, embora reconheça que ainda havia prazo para a interposição do recurso de amparo.

Aparentemente, de acordo com o entendimento do tribunal a quo, o recurso de amparo, na medida em que é um recurso extraordinário, não impede o trânsito em julgado das decisões de outros tribunais.

No presente caso, observa-se que o recorrente, ao alegar que dispunha de mais 20 dias para exercer o seu direito de recurso de amparo constitucional, está a interpretar equivocadamente a natureza desse procedimento. Com todo o devido respeito por entendimento diverso, é importante destacar que o recurso de amparo constitucional não deve ser equiparado a um recurso ordinário dirigido a um tribunal comum.

Ao contrário do recurso ordinário, que se destina aos tribunais comuns, o recurso de amparo assume uma natureza extraordinária, configurando-se como um meio jurídico de defesa dos direitos fundamentais amparáveis perante o Tribunal Constitucional. Este último, cabe ressaltar, é uma instância especializada que não deve ser confundida com os tribunais comuns.

É pertinente salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça corrobora essa distinção, ratificando que o recurso de amparo constitucional não segue os mesmos trâmites e finalidades de um recurso ordinário. Dessa forma, o entendimento correto é que o recurso de amparo constitucional é um instrumento jurídico único, destinado à proteção e preservação dos direitos fundamentais perante a esfera específica do Tribunal Constitucional.

Assim sendo, o recurso interposto pelo recorrente, não interrompe o trânsito em julgado a decisão do Supremo Tribunal de Justiça.”

14. Conquanto douto o trecho do parecer acima reproduzido, a sua força persuasiva não abala os alicerces da posição firme da maioria desta Corte, vertida, designadamente, nos Acórdãos n.ºs 24/2018, de 13 de novembro e 27/2019, de 09 de agosto, tendo este último sido adotado por unanimidade, no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional n.º 8/2019, em que foi recorrente Ayo Abel Obire e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses e mais recentemente no Acórdão n.º 124/2023, de 25 de julho.

Conforme o Acórdão n.º 27/2019, de 09 de agosto, “ a questão do trânsito em julgado de decisão de tribunal judicial superior em processo criminal no quadro de situação em que já não se pode impetrar recurso ordinário ou equiparado, mas está em curso recurso

constitucional de constitucionalidade ou de amparo - não é uma questão doutrinária que possa derivar na sua essência de orientações legais, de institutos jurídicos de direito processual civil e muito menos de ficções pretorianas ou de classificações doutrinárias, estrangeiras ou nacionais. Por conseguinte, a questão de fundo neste caso não resulta, em último caso, de se saber se o amparo é uma ação ou um recurso, se é ordinário ou extraordinário ou se a sua interposição gera um efeito suspensivo geral ou não com base no que está previsto na legislação ordinária. Isto não se reduz somente a uma questão processual de efeito de recursos, é um problema constitucional a envolver direitos fundamentais. Afinal, é da liberdade das pessoas de que se está a tratar. Outrossim, no caso concreto decorre do que estiver prescrito na Constituição da República e que possa interferir com tais soluções, determinando as que permitam a sua concretização ou proscrevendo aquelas que lhe são incompatíveis. Nesse sentido, o que o Tribunal vinha fazendo desde a decisão prolatada no pedido de amparo Alexandre Borges e seguiu em outras ocasiões não é mais do que considerar que qualquer tratamento da questão acaba por depender de se considerar os efeitos imperativos resultantes de duas disposições constitucionais que se conectam com qualquer decisão que se adote nesta matéria, seja pelo legislador ordinário, seja pelo julgador, de onde se infere a posição jurídica fundamental associada à liberdade sobre o corpo invocada, e garantia processual de proteção de todos os outros direitos, liberdades e garantias. Nessa ocasião, sem ambiguidades, o Tribunal deixou lavrado que “a decisão judicial condenatória que não admite recurso ordinário ou reclamação ou depois de decorrido prazo para os mesmos, transita em julgado mesmo na pendência de prazo para interposição de recurso de amparo, também parece quase seguramente afetar de modo constitucionalmente ilegítimo a liberdade sobre o corpo, a garantia da presunção da inocência e o direito ao amparo previsto pelo número 1 do artigo 20.º da Constituição da República”. Naturalmente, neste caso, o direito que se põe em causa é essencialmente a garantia à presunção da inocência e outra garantia que lhe está diretamente associada, a de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, aos quais se associa, então, a própria garantia ao amparo. Relativamente a indícios presentes em legislação processual constitucional naturalmente devem ser interpretados nos termos da Constituição da República e jamais contra ela. Inserir a ideia de que, sem embargo do que decorre das garantias à presunção da inocência e da garantia ao próprio amparo quem interponha um recurso de amparo ainda pode ver uma decisão condenatória ser executada pelo facto de se terem esgotado os recursos ordinários e reclamações seria

uma interpretação inconstitucional da própria norma em causa, da Lei do Amparo e do Habeas Data e que, ademais, viola os dois direitos, liberdades e garantias mencionados e, em cascata, outros vários, nomeadamente o direito à defesa e ao próprio recurso. Naturalmente, tal interpretação estaria sujeita ela própria a recurso de amparo e até a recurso de fiscalização concreta, fosse aplicada pelo Tribunal Constitucional, fosse pelo tribunal recorrido. Em qualquer dos casos, seja a Lei do Amparo, a Lei do Tribunal Constitucional, o Código de Processo Civil ou o Código de Processo Penal devem ser interpretados conforme a Carta Magna. Logo, para que as suas cláusulas sejam válidas não podem ser contrárias aos preceitos constitucionais de direitos, liberdades e garantias, mormente os que foram assinalados. Se doutrinas, ficções jurídicas ou institutos de direito ordinário chocarem com normas constitucionais o vício de que padeceriam seria evidente. Assim, uma interpretação que visasse limitar os efeitos da garantia da presunção da inocência e da garantia ao amparo, manipulando o seu sentido com a ideia de que uma decisão penal de privação da liberdade ainda não dotada de irrecorribilidade ou de imodificabilidade – os elementos básicos da coisa julgada – porque ainda sujeita a alteração na sequência de possível decisão estimatória de amparo, ainda assim poderia ser executada porque o recurso de amparo não tem efeito suspensivo seria, como é evidente, intolerável do ponto de vista constitucional.”

15. Como o Tribunal Constitucional já considerou por diversas vezes – veja-se o Acórdão n.º 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção da inocência e do direito à não se ser discriminado, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 3.3; o Acórdão n.º 9/2019, de 28 de fevereiro, Judy Ike Hills v. STJ, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória, Rel. JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 29, 24 de março de 2019, pp. 511-518, III.; o Acórdão n.º 27/2019, 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, 3.5.4; o Acórdão n.º 28/2019, de 16 de agosto, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória, Rel. JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1609-1618, III; o Acórdão

n.º 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel. JC Pina Delgado, 2.2.2; o Acórdão n.º 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 3; e o Acórdão n.º 124//2023, de 25 de julho, Leny Manuel Alves Martins & Fernando Varela v. STJ, Rel. JC Pinto Semedo, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1632-1637, *o recurso de amparo, especialmente quando interposto contra decisões finais condenatórias penais, suspende o trânsito em julgado dessas decisões, rejeitando o argumento de que isso não poderia acontecer por ele ser um mero recurso extraordinário.*

15.1. Tendo em conta o entendimento sobre o trânsito em julgado que tem vindo a ser adotado pela maioria do Coletivo desta Corte, no momento em que, através do Acórdão n.º 210/2023, se indeferiu o pedido de *habeas corpus*, com fundamento no entendimento de que o Acórdão n.º 147/2023 já tinha transitado em julgado, adotou-se uma posição que viola o direito à liberdade sobre corpo e a garantia da presunção da inocência do recorrente. Tendo, pois, aguardado o julgamento e a decisão de recursos em liberdade, gozava da presunção da inocência que o protegia da execução da decisão condenatória sem que a mesma tivesse transitado em julgado.

15.2. A decisão de mandar deter o recorrente para o cumprimento de uma pena cuja sentença não tinha transitado em julgado configura uma prisão motivada por facto pelo qual a lei não permite, prevista na alínea c) do artigo 18.º do Código de Processo Penal, em violação, simultânea, do disposto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Fundamental: “Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança prevista na lei” e do disposto no n.º 1 do artigo 35.º da Constituição segundo qual: “Todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória...”

15.3. Significa que, ao não ter considerado ilegal a detenção e a condução ao estabelecimento prisional para o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da

decisão condenatória, o órgão judicial recorrido adotou uma interpretação menos benigna, quando havia possibilidade ou espaço hermenêutico para assumir uma posição mais conforme com as normas constitucionais sobre o direito à liberdade sobre o corpo e à presunção da inocência do arguido que levasse ao deferimento do pedido.

Como amiúde tem referido esta Corte, no nosso sistema de proteção de direitos, liberdades e garantias, tanto os tribunais comuns como o Tribunal Constitucional são garantes dessas posições jusfundamentais, em especial para a jurisdição comum quando, como no caso vertente, existe espaço hermenêutico.

16. Verificada a violação a que se refere o parágrafo anterior, o passo seguinte é determinar o amparo adequado a remediar a supramencionada violação.

O Tribunal Constitucional, ao proferir o Acórdão n.º 184/2023, de 13 de dezembro, através do qual admitiu a trâmite o recurso de amparo em apreço, tinha consignado que o impetrante havia abandonado a impugnação da conduta que podia ter impedido o trânsito em julgado do Acórdão n.º 147/2023, nos seguintes termos: “ Se não atacou de forma minimamente viável a decisão de fundo não impede o trânsito em julgado, até porque, além de não a ter desafiado na peça de aperfeiçoamento, e de não ter apresentado nenhum documento que permitisse um apuramento completo de putativa lesão pelo ato condenatório, do pouco que se consegue depreender das próprias decisões, muito dificilmente se poderia vir a considerar tal decisão arbitrária nos termos do escrutínio lasso aplicado pelo Tribunal Constitucional nesse tipo de circunstância.”

Por isso, decidiu não conceder a medida provisória que havia solicitado, tendo aplicado orientações que se extraem dos seguintes arestos: “ainda que o recurso de amparo seja admitido, nos termos do Acórdão n.º 17/2021, de 8 de abril, Évener de Pina v. STJ, Rel. JCP Pinto Semedo, nunca será possível decretar a medida provisória requerida, pela simples razão de que, segundo, mesmo que seja julgado procedente no mérito o máximo que caberia seria conceder um amparo declaratório decorrente do reconhecimento do direito e da sua vulneração, de resto como se fez através do Acórdão n.º 29/2022, de 19 de julho, Évener de Pina v. STJ, sobre a violação da garantia constitucional de não ser mantido em prisão preventiva para além do prazo de 36 meses, Rel. JC Aristides Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1930-1934, III.

Declaração esta que se esgota em si própria porque reparada *ope legis* pela regra do artigo 50.º do Código Penal, segundo a qual “[n]a duração das penas (...) levar-se-á em conta por inteiro a detenção, a prisão preventiva ou qualquer medida de coação privativa de liberdade sofridas pelo arguido em Cabo Verde ou no estrangeiro, desde que relativas ao mesmo ou mesmos factos” (Acórdão n.º 29/2022, de 19 de julho, Évener de Pina v. STJ, sobre a violação da garantia constitucional de não ser mantido em prisão preventiva para além do prazo de 36 meses, Rel. JC Aristides Lima, 4.3)”. 11.5.7. Finalmente, no Acórdão n.º 116/2023, de 10 de julho, Joel Brito e Rider Tavares v. STJ, Admissão a trâmite de ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do Acórdão n.º 48/2022, de 28 de abril, ter rejeitado deferir o pedido de *habeas corpus* por eles colocado por prisão ilegal, com fundamento em que não havia sido ultrapassado o limite máximo de subsistência de prisão preventiva, porque a decisão condenatória, mesmo ocorrendo interposição de recurso de amparo, já havia transitado em julgado, transformando o seu estatuto no de condenados, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1595-1602, 12.1, asseverou que “o Tribunal reitera que, em circunstâncias nas quais, apesar de existir pedido de amparo incidente sobre situação de manutenção da prisão preventiva alegadamente ilegal, intervém facto que deixa a pessoa arguida sujeita a um estatuto de condenado – nomeadamente decisão sancionatória penal transitada em julgado – não só entende que o único amparo que pode ser concedido é a declaração da violação do direito, como considera que a reparação é automaticamente executada por mera aplicação do artigo 50.º do Código Penal.”

A diferença entre as situações mencionadas nos acórdãos suprarreferidos e o caso em apreço radica apenas na circunstância de que naqueles casos anteriormente apreciados o pedido de amparo incidia sobre a manutenção da prisão preventiva alegadamente ilegal e neste o requerimento em que se pediu o *habeas corpus* aparece na sequência de uma antecipação ilegal da execução da pena, tendo, no entanto, ocorrido supervenientemente o trânsito em julgado da decisão sancionatória que fez com que o estatuto de condenado se tenha consolidado.

Por conseguinte, essa diferença circunstancial não impede que se aplique ao recorrente a orientação segundo a qual o único amparo que se lhe pode conceder é a declaração da violação do direito à liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção de inocência do arguido.

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros, reunidos em Plenário, decidem, por maioria, que:

a) O órgão judicial recorrido, ao indeferir o pedido de *habeas corpus* numa situação em que o recorrente foi conduzido ao estabelecimento prisional para o cumprimento de uma pena de prisão cuja sentença ainda não tinha transitado em julgado, violou o seu direito à liberdade sobre o corpo e a garantia da presunção de inocência;

b) A declaração da violação do direito à liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção de inocência a que se refere o parágrafo anterior é o amparo adequado que se lhe pode conceder.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de fevereiro de 2024

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima
(Votei vencido)

José Pina Delgado
(Votei com o Relator; anexo a declaração de voto)

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 28 de fevereiro de 2024.

O Secretário,

João Borges



Declaração de voto do Juiz Conselheiro Aristides Raimundo Lima nos Autos de Recurso de Amparo nº 40/2023

1. O Acórdão apresentado é claro e está em coerência com as posições defendidas pelo Tribunal Constitucional maioritariamente.
2. A primeira conclusão é que ele concluiu que o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça violou o direito à liberdade sobre o corpo e a garantia da presunção da inocência do recorrente, ao indeferir o pedido de *habeas corpus* num contexto em que este foi conduzido ao estabelecimento prisional para o cumprimento de uma pena privativa de liberdade de dois anos, alegadamente porque a sentença ainda não tinha transitado em julgado.
3. A segunda é que «o amparo jurídico que o recorrente pode obter é simplesmente a declaração da violação do direito à liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção da inocência.»
4. Pessoalmente, votei no sentido de que o STJ não violou nem o direito à liberdade física, nem o direito à presunção da inocência, da mesma forma que alguém que é colocado em prisão preventiva, com base na lei, e nos termos da Constituição não vê o seu direito à presunção da inocência necessariamente negado ao longo de todo o processo.
5. A posição maioritária do Tribunal, que eu respeito, assenta-se na ideia, de que a interposição do recurso de amparo constitucional tem efeito suspensivo. Como é sabido, tenho defendido a posição de que a interposição do recurso de amparo constitucional não tem efeito suspensivo. Por um lado, tal não resulta nem expressa nem implicitamente de nenhuma lei nacional geral ou especial. Pois que a Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juízes e os processos da sua jurisdição, não faz

referência a esse efeito suspensivo, embora o faça em relação ao recurso de fiscalização concreta (artigo 85º). Quanto à Lei nº 109/IV/94, de 24 de outubro, que regula o Recurso de Amparo e do Habeas Data, LRAHD, ela nos artigos 14º e 15º admite que o Tribunal Constitucional possa declarar suspenso o ato recorrido (alínea a) do nº 1 do artigo 14º), regulando também no artigo 15º a suspensão ou a recusa de suspensão de ato recorrido, mas não estabelecendo qualquer suspensão por efeito da simples interposição do recurso ou da mera possibilidade de este recurso ser interposto num determinado prazo.

Não sendo partidário nem de uma visão paroquiana do Direito, nem de uma rendição à importação acrítica de posicionamentos doutrinários estrangeiros, entendo no entanto que é de utilidade no “ofício interpretativo” ter em conta a perspetiva adotada noutros quadrantes onde o recurso de amparo foi experimentado há décadas e de onde foi importado para vários países europeus e de outros continentes, incluindo o nosso continente africano¹. Convoco, pois aqui, um exercício do direito comparado que é universalmente reconhecido como meio adequado, embora não determinante, para a interpretação das leis, sendo até designado por alguns como o eminente constitucionalista alemão **Peter Häberle** como «o quinto método de interpretação», ao lado dos 4 outros celebrizados por **Savigny** – o literal, o histórico, o sistemático e o teleológico.²

E este é um exercício que, os constitucionalistas fazem, com mais ou menos frequência ou intensidade.

Ora bem, a posição que aqui sufragamos no sentido de que a interposição do recurso de amparo não suspende o trânsito em julgado de uma decisão final dos tribunais comuns, é defendida pela generalidade da doutrina germânica, designadamente pelos comentaristas da Lei do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, **Hans Lechner** e Professor **Rüdiger Zuck** e ainda pelo já falecido Professor Doutor **Klaus Schlaich** da Universidade de Bona. Os dois primeiros dizem de forma muito precisa e clara o seguinte:

¹ **Marcelo Rebelo de Sousa**, por exemplo, diz o seguinte: «Tão provinciana é a postura científica que abstrai do conhecimento adequado do direito estrangeiro como a atitude que sujeita por inteiro o estudo do Direito nacional à importação subserviente do Direito estrangeiro». In, **Marcelo Rebelo de Sousa: O valor jurídico do ato inconstitucional**, 1., Lisboa, 1988, pp 26-28.

² Sobre o assunto, cfr. **Rui Medeiros: Constitucionalismo de Matriz Lusófona. Realidade e Projeto**, Lisboa, 2011, p. 89, remetendo para os trabalhos de **Peter Häberle: Grundrechtsgeltung und Grundrechtsinterpretation im Verfassungsstaat- Zugleich zur Rechtsvergleichung als «fünfter» Auslegungsmethode**, 35ss, e *Europäische Verfassungslehre*, 3ª edição, p. 246ee ss.

«O recurso de amparo é meio jurídico especial (Rechtsbehelf) – uma garantia - ele não possui efeito suspensivo. Uma decisão impugnada continua a ser executável».

Klaus Schlaich, depois de afirmar que o recurso de amparo não é um recurso no sentido das leis do processo (Prozessgesetze), mas sim uma garantia específica, (Rechtsbehelf) acrescenta que **ele não tem efeito suspensivo**. E diz que *«não é o autor do recurso de amparo que - como ordinariamente acontece em relação a recursos - pode impedir, com a interposição do recurso de amparo, o trânsito em julgado da decisão do tribunal e a sua execução; Só a decisão (posterior) do Tribunal Constitucional comporta estas possibilidades e efeito»*³.

Entre nós a Procuradoria-Geral da República e o STJ também defendem com argumentos sólidos a posição anterior referida. Assim, no seu douto parecer o Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República afirma o seu entendimento dizendo o seguinte: *«No presente caso, observa-se que o recorrente, ao alegar que dispunha de mais 20 dias para exercer o seu direito de recurso de amparo constitucional, está a interpretar equivocadamente a natureza desse procedimento... É importante destacar que o recurso de amparo constitucional não deve ser equiparado a um recurso ordinário, dirigido a um tribunal comum»*. Prossegue o Ilustre Magistrado, sustentando o seguinte. *«Ao contrário do recurso ordinário que se destina aos tribunais comuns, o recurso de amparo assume uma natureza extraordinária, configurando-se como um meio jurídico de defesa dos direitos fundamentais amparáveis perante o Tribunal Constitucional. Este último, cabe ressaltar, é uma instância especializada que não deve ser confundida com os tribunais comuns»*. Escusamos aqui de detalhar a posição do STJ, que é conhecida.

6. Por estas razões não posso acompanhar a douta posição dos Venerandos Juízes Conselheiros que compõem a maioria e que defendem que o STJ violou o direito à liberdade sobre o corpo e a presunção da inocência.

O Juiz Conselheiro

Aristides R. Lima

³ Cfr. **Klaus Schlaich**: *Das Bundesverfassungsgericht. Stellung, Verfahren. Entscheidungen*, 3ª edição, Munique, 1994, número de margem 187 (pp. 124 e 125).



Declaração de voto (particular) do JC Pina Delgado nos Autos de Recurso de Amparo nº 40/2023

1. Não obstante concordar integralmente com o teor do acórdão votado pela maioria que integrei, opto por declarar o voto que proferi oralmente durante a audiência de julgamento para efeitos de registo escrito porque entendo, solto das amarras da decisão coletiva e com a liberdade que nos proporciona o voto particular, tecer algumas considerações complementares. As que a seguir articulo.

2. Em relação à questão de fundo, muito pouco teria a acrescentar, parecendo-me que a divergência entre a perspetiva de que a interposição do recurso de amparo suspende os efeitos da decisão recorrida e o entendimento de que não produz tal efeito, têm que ver essencialmente com o facto de a segunda tese decorrer de uma análise que se ancora sobretudo na interpretação da lei ordinária, nomeadamente das leis de processo constitucional, a partir de uma hermenêutica centrada em cânones do processo civil; enquanto que, aquela outra, se sustenta numa interpretação do próprio artigo 20 da Constituição, na forma como o recurso de amparo foi integrado ao ordenamento jurídico cabo-verdiano, e é formulada a partir de uma perspetiva da dogmática do processo constitucional e não de uma projeção de preceitos do código de processo civil e da dicotomia absoluta que este assume entre recursos ordinários e recursos extraordinários.

3. Apesar de invariavelmente ler com toda a atenção e consideração todos os argumentos que têm sido arregimentados em prol da tese da ausência de efeito suspensivo do recurso de amparo e de estar disposto a mudar a minha opinião, não consigo ser persuadido da sua bondade, nem do ponto de vista dogmático, nem do ponto de vista normativo. Respetivamente, porque, ainda ninguém conseguiu estabelecer a distinção científica básica entre os efeitos naturais de um recurso de amparo, dos efeitos naturais do outro recurso constitucional, o de fiscalização concreta da constitucionalidade, na perspetiva de terem de ser necessariamente diferentes. É por esta razão que a maior parte

dos argumentos de natureza dogmática constantes dos autos em relação ao recurso de amparo também seriam aplicáveis ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade. Coincidentemente ou não, já se está até a tentar relativizar os efeitos deste último recurso, a acreditar nalgumas decisões, fundamentação e pronunciamentos judiciais.

4. Não havendo razões estruturais-dogmáticas passíveis de sustentar essa tese, a base da distinção entre os efeitos dos dois recursos constitucionais seria sempre meramente normativa. Como tal, resultante de opções legítimas tomadas pelo legislador. Mas, se é assim e se, como se diz, a legislação aplicável não faz qualquer referência expressa aos efeitos do recurso de amparo, significa isso que ele, consagrado na Lei Fundamental como um direito, liberdade e garantia, não foi restringido por uma norma expressa incidente sobre a sua dimensão de direito à eficácia do amparo, como se justifica a tese de que a sua interposição não produz efeitos suspensivos? A partir do momento em que não existem restrições encobertas essa limitação seria sempre uma afetação ao direito imposta por uma interpretação da lei ordinária. Logo, enquadrada numa situação em que o juiz-intérprete estará vinculado a um dever consagrado no artigo 17, parágrafo segundo, da Lei Fundamental de não adotar sentidos normativos que atinjam o conteúdo essencial do direito e de não poder injustificadamente atingir a sua extensão. Impondo, assim, aos tribunais que sempre adotem a interpretação mais benigna para a proteção do direito subjacente. Ora, se temos uma situação em que se parte da premissa de que nenhum ato legislativo de direito ordinário disciplina de forma expressa os efeitos da interposição do recurso de amparo, e se se aceita a premissa que se deve adotar sempre a interpretação mais conforme ao direito, a conclusão evidente é que a interposição do qualquer recurso constitucional suspende o trânsito em julgado da decisão recorrida.

5. Neste contexto, expresso a minha posição sobre as circunstâncias em que estaria aberto a aceitar a utilização do direito comparado numa decisão judicial do Tribunal Constitucional no geral, para aplicar esse entendimento ao caso vertente.

5.1. Tal recurso ao direito comparado poderá ser meramente enunciativo, quando, sem qualquer consequência, se arrola várias soluções para depois se apresentar a cabo-verdiana; autoritativo, nos casos em que o próprio fundamento da decisão judicial depende decisivamente da importação de entendimentos sobre o direito estrangeiro, sejam eles legislativos, doutrinários ou jurisprudenciais, ou complementar, quando se

constitui num mero reforço de argumentação assente em interpretação de normas nacionais;

5.2. Como um organismo estranho que é inserido no corpo político, tais transplantes, malgrado a evolução das técnicas utilizadas, tanto poderão ser inócuos, como poderão ser úteis, mas também altamente nocivos, muitas vezes conduzindo à sua rejeição pelo mesmo.

5.3. A utilização enunciativa de direito comparado em decisões judiciais pode gravitar entre o útil e o inócuo, mas sempre dependerá de perspetiva que seja adotada pelo Relator; já a utilização autoritativa de direito comparado é mais problemática do ponto de vista constitucional. De tal sorte que na minha opinião em nenhuma circunstância deve ser admitida sob pena de violação do princípio democrático, do princípio da soberania nacional e do princípio da supremacia da Constituição cabo-verdiana.

5.4. Não porque não lhe reconheça valia para o cientista do direito, no sentido de ser um método de estudo que promove, macroscopicamente, o conhecimento de outros sistemas jurídicos, ou que microscopicamente, permite traçar paralelos entre institutos presentes em dois ou mais ordenamentos jurídicos, mas porque se já tenho sérias dúvidas sobre a utilidade de transplantes legislativos, malgrado a legitimidade que o legislador, constituinte ou originário, tem para o fazer desde que respeite a Carta Magna, não poderia deixar de expressar o meu entendimento de que o transplante judicial de normas estrangeiras e entendimentos jurisprudenciais e doutrinários que sobre elas se tenha pelos tribunais nacionais para fundamentar decisões concretas é sempre problemático para o juiz, vinculado à obrigação de aplicar a lei, conforme a Constituição.

5.5. Daí que somente para efeitos de complementação ou de confirmação de um sentido hermenêutico seja legítimo o recurso ao direito comparado. Mas, somente quando se tratar de uma questão eminentemente dogmática e se a Lei Fundamental não dispuser de forma expressa noutro sentido; ou, nos casos em que, primeiro, se esteja perante regimes normativos e dispositivos substancialmente idênticos; segundo, o contexto de produção das normas e a vontade legislativa sejam similares; terceiro, haja partilha da mesma cultura constitucional com esse ordenamento; quarto, nos casos em que as suas normas se adaptem à identidade constitucional cabo-verdiana.

6. No caso concreto, além da falta de legitimidade, não se mostra útil este recurso ao direito comparado, porque não nos parece que existam muitos sistemas em que, como o nosso, a natureza do amparo é considerado um direito, liberdades e garantia expressamente consagrado pela Constituição e não um mero meio objetivo de tutela de posições jurídicas fundamentais.

6.1. Seguramente não os que têm sido mencionados.

6.2. E mesmo em casos em que essa natureza não decorra da Constituição disso não resulta que não se possa adotar um regime de efeitos mais conforme aos direitos fundamentais. Por exemplo, em Angola, o Projeto de Revisão da Lei de Processo do Tribunal Constitucional, segundo informações obtidas elaborado pelos notáveis publicistas Carlos Feijó e Raul Araújo, e aprovado na generalidade pela Assembleia Nacional daquele país, dispõe no seu artigo 58, parágrafo primeiro, que “a interposição do recurso extraordinário de inconstitucionalidade tem efeito suspensivo no processo”, justificando-se a solução pelo facto, após se “(...) fazer um estudo de direito comparado”, entendeu-se que se devia consignar na Lei do Processo Constitucional que o recurso extraordinário de inconstitucionalidade interposto no Tribunal Constitucional deve suspender o processo e a decisão recorrida pelo facto de estarem em causa direitos fundamentais. Isso também porque a nossa lei não reconhece o trânsito em julgado sujeito a condição resolutiva condenatória do Tribunal Supremo de que é interposto recurso para o Tribunal Constitucional. Por esta razão é apresentada uma proposta de redação das normas que explicitam que o recurso extraordinário de inconstitucionalidade tem efeito suspensivo quer em relação ao processo quer em relação à decisão recorrida”.

6.3. Portanto, as alternativas regulatórias de direito comparado são tão plurais e diferenciadas que nunca constituiriam um porto seguro para ancorar qualquer hermenêutica que se quisesse lançar sobre um instituto de direito constitucional nacional nesta matéria.

6.4. Paradoxalmente até, considerando tratar-se de sistema que não contém expressamente um recurso de amparo, mas em que o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade é, por vezes, usado como tal, pelo seu carácter tendencialmente dogmático, mais importante seria ainda ler-se o que se diz sobre a natureza do recurso constitucional,

6.4.1. No Acórdão 1166/96, de 20 de novembro, do Tribunal Constitucional Português (v. <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19961166.html>),

6.4.2. No sentido de que “o recurso para o Tribunal Constitucional é um recurso não extraordinário que impede o trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal de Justiça - confirma-o o legislador no Código de Processo Penal de 1987 prevendo, no nº 4 do art. 215º, que os prazos referidos nas alíneas c) e d) do nº 1, bem como os correspondentes prazos referidos nos nºs 2 e 3, ‘são acrescentados de seis meses se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional’. Resulta assim do que se dispõe no Código que os prazos de duração máxima da prisão preventiva referidos nas alíneas c) e d) do nº1, bem como os referidos nos nºs 2 e 3, são acrescentados de seis meses se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional ou se o processo penal tiver sido suspenso para julgamento em outro tribunal, de questão prejudicial”.

O Juiz Conselheiro

José Pina Delgado